



DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE CAÇAPAVA

Conforme Lei Municipal nº 5819, 22 de março de 2021.

Quinta-feira, 23 de Fevereiro de 2023

Ano 2023 - Edição nº 14/2023

www.cacapava.sp.gov.br | www.cacapava.sp.gov.br/diario-oficial

SUMÁRIO

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO – PROCESSO 1452/2023 – Dispensa 009/2023.	2 à 2
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO	3 à 3
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO	4 à 4
CONCURSO PÚBLICO 001/2023 - CLASSIFICAÇÃO FINAL – MÉDICO DO TRABALHO TEMPORÁRIO	5 à 5
NOTIFICAÇÃO DE LIBERAÇÃO DE RECURSOS	6 à 6
DECRETO Nº 4895, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2023	7 à 7
DECRETO Nº 4896, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2023	8 à 8
DECRETO Nº 4897, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2023	9 à 10
EDITAL DE LICITAÇÃO - CÂMARA MUNICIPAL DE CAÇAPAVA	11 à 11

EXPEDIENTE

O Diário Oficial do Município de Caçapava, veicula do exclusivamente na forma eletrônica, é uma publicação das entidades da Administração Direta e Indireta deste Município, sendo referidas entidades inteiramente responsáveis pelo conteúdo aqui publicado.

ACERVO

As edições do Diário Oficial Eletrônico de Caçapava poderão ser consultadas através da internet, por meio do seguinte endereço eletrônico: www.cacapava.sp.gov.br Para pesquisa por qualquer termo e utilização de filtros, acesse www.cacapava.sp.gov.br/diario-oficial. As consultas e pesquisas são de acesso gratuito e independente de qualquer cadastro.

ENTIDADES

Prefeitura Municipal de Caçapava

CNPJ: 45.189.305/0001-21

Endereço: Rua Cap. Carlos de Moura, 243

Telefone: (12) 3654-6600

Câmara Municipal de Caçapava

CNPJ: 48.408.496/0001-63

Endereço: Praça da Bandeira, 151

Telefone: (12) 3654-2000

FUSAM (FUNDAÇÃO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA DO MUNICÍPIO DE CAÇAPAVA)

CNPJ: 50.453.703/0001-43

Endereço: Av. Dr. Pereira de Mattos, 63 - Centro, Caçapava - SP - CEP: 12281-450

Telefone: (12) 3654-8800 - comunicacao@fusam.com.br



Diário Oficial Assinado Eletronicamente com Certificado Padrão ICPBrasil, em conformidade com a MP nº 2.200-2, de 2001. O Município de Caçapava garante a autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site www.cacapava.sp.gov.br compilado e também disponível em www.cacapava.sp.gov.br/diario-oficial.

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO – PROCESSO 1452/2023 – Dispensa 009/2023.

O MUNICÍPIO DE CAÇAPAVA, em conformidade com o art. 75,II, C/C § 3º, da Lei Federal nº 14.133/2021, Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos, torna público que a Administração pretende realizar Aquisição de Ferramentas e Materiais Diversos.

JUSTIFICATIVA: O presente Termo de Referência tem por objeto a aquisição de ferramentas e materiais diversos que serão utilizados para manutenção preventiva e corretiva de todos setores das secretarias e Paço Municipal bem como outras localidades pertencentes a esta municipalidade.

A Secretaria de Obras e Serviços Municipais necessita dos objetos requisitados para a realização de atividades, principalmente aquelas que envolvem modificações ambientes internos, seja pela colocação de perfis/molduras, quebra ou construção de paredes e manipulação de materiais como: madeira, MDF, etc.

Devido à grande demanda que vem surgindo com a necessidade dessas ferramentas, tal previsão não foi possível ser realizada e por esses materiais possuírem custo de aquisição baixo, justifica-se a Dispensa de Licitação otimizando o tempo para prover os recursos da equipe de manutenção.

DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA: 04851 4.4.90.52. 15 451 5001 2458

Eventuais interessados podem apresentar proposta de preço no prazo de 03 (três) dias úteis, oportunidade em que a Administração escolherá a mais vantajosa. Propostas deverão ser encaminhadas a CPL até 28/02/2023.

Os interessados em apresentar proposta, entrar em contato com a CPL, através do e-mail: cpl@cacapava.sp.gov.br

Valor estimado do serviço é de R\$ 31.842,72 (Trinta e Um Mil, Oitocentos e Quarenta e Dois Reais e Setenta e Dois Centavos)

Caçapava, 23 de Fevereiro de 2023.

Marcos Eduardo Bertti
Secretário de Gestão Pública

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO

Processo Administrativo N.º 1117/2023

Modalidade: Dispensa de Licitação – Art. 72, inciso VIII, da Lei Federal N. 14.133/2021.

Contratante: Município de Caçapava – CNPJ:45.189.305/0001-21

Contratada: IZNEL INDUSTRIA E COMERCIO EIRELI **CNPJ:** 04.087.070/0001-80

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONFECÇÃO E INSTALAÇÃO DE PLACAS PARA VEÍCULOS, PARA ATENDIMENTO ÀS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. – Dispensa N.º006/2023

Valor Total: R\$ 900,00 (Novecentos Reais)

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO

Processo Administrativo N.º 1410/2023

Modalidade: Dispensa de Licitação – Art. 75, inciso VIII, da Lei Federal N. 14.133/2021.

Contratante: Município de Caçapava – CNPJ:45.189.305/0001-21

Contratada: C R CARLOTO PECAS E SERVICOS LTDA

CNPJ: 04.982.434/0001-95 (R\$ 33.268,18)

Contratada: FERREIRA DIESEL PECAS P/ CAMINHOES LTDA

CNPJ: 23.008.334/0001-07 (R\$99.944,00)

Contratada: SILVA & AMARAL COMERCIO E MECANICA DE AUTO LTDA

CNPJ: 09.593.213/0001-49 (R\$ 7.300,00)

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MANUTENÇÃO CORRETIVA E FORNECIMENTO DE PEÇAS PARA VEÍCULOS PERTENCENTES À FROTA DO MUNICÍPIO: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E SECRETARIA MUNICIPAL DE DEFESA E MOBILIDADE URBANA. – Dispensa N.º008/2023

Valor Total: R\$ 140.512,18 (Cento e Quarenta Mil Quinhentos e Doze Reais e Dezoito Centavos);

PÉTALA GONÇALVES LACERDA

CONCURSO PÚBLICO 001/2023

CLASSIFICAÇÃO FINAL - MÉDICO DO TRABALHO TEMPORÁRIO

A Prefeitura Municipal de Caçapava, Estado de São Paulo, TORNA PÚBLICA, por determinação da Exma. Prefeita Municipal Sra. Pétala Gonçalves Lacerda, a classificação final do emprego público temporário por prazo determinado **Médico do Trabalho**, tendo em vista o disposto no artigo 37, Inciso II da Carta Magna, e nas disposições contidas no Edital de Concurso Público nº 01/2023.

MÉDICO DO TRABALHO

Classif.	Inscrição	Nome	Pontuação Final
1.	01	YUJI UEHARA	8,5

Caçapava, 23 de fevereiro de 2023.

PÉTALA GONÇALVES LACERDA

PREFEITA MUNICIPAL

MUNICÍPIO DE CAÇAPAVA – SP**NOTIFICAÇÃO DE LIBERAÇÃO DE RECURSOS**

O Município de Caçapava, atendendo ao disposto no art. 2º da Lei Federal n.º 9.452/97, em conformidade com o decreto n.º 3.068, de 01/07/97, notifica os Partidos Políticos, os Sindicatos de Trabalhadores e as Entidades Empresariais com sede em Caçapava, que o Governo Federal liberou recursos no valor de R\$ 2.660.104,45 (Dois milhões, seiscentos e sessenta mil, cento e quatro reais e quarenta e cinco centavos) os quais especificamos abaixo:

CONTA CORRENTE	PROGRAMA	DATA	VALORES EM R\$
38.210-8	FUNDEB-ITR	17/02/23	203,75
38.210-8	FUNDEB-FPE/FPM	17/02/23	46.246,74
38.210-8	FUNDEB-IPI/EXPORTAÇÃO	17/02/23	2.210,39
163.390-2	PBPN-PETRÓLEO	22/02/23	629.310,60
624.008-3	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	23/02/23	30.242,71
41.608-8	QUOTA-QSE/EDUCAÇÃO	22/02/23	729.171,66
38.210-8	FUNDEB-ITCMD	22/02/23	16.812,37
38.210-8	FUNDEB-IPVA	22/02/23	301.650,96
38.210-8	FUNDEB-RECEB. DE ICMS	22/02/23	904.042,35
160.597-6	ITR	17/02/23	212,92
TOTAL			2.660.104,45

Caçapava, 23 de fevereiro de 2023

Pétala Gonçalves Lacerda
Prefeita Municipal

DECRETO Nº 4895, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2023

Autoriza a transferência da outorga da permissão para exploração da atividade de táxi no Ponto de Táxi nº 05, ao Sr. Tiago Amaro.

Pétala Gonçalves Lacerda, Prefeita Municipal de Caçapava, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei Municipal nº 3662/98 e o constante do Processo Administrativo nº 461/2023,

DECRETA

Art. 1º Fica transferida a outorga da permissão concedida a título precário, para o serviço de transporte de passageiros em táxi do Sr. Ubirajara de Oliveira Amaro, para o Sr. Tiago Amaro, RG nº 30172134 SSP/SP, CPF 300.235.328-07, para explorar a atividade no Ponto de Táxi nº 05 da Avenida Dr. Pereira de Mattos (FUSAM), nesta cidade.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇAPAVA, 23 de fevereiro de 2023.

Pétala Gonçalves Lacerda
Prefeita Municipal

DECRETO Nº 4896, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2023

Altera o Decreto nº 4.621, de 25 de fevereiro de 2021, que nomeia os membros do Conselho Municipal de Saúde – COMUS e prorroga mandato.

Pétala Gonçalves Lacerda, Prefeita Municipal de Caçapava, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais,

Considerando o disposto no § 1º, do Art. 8º, da Lei Municipal nº 3.495, de 12 de setembro de 1997, que dispõe sobre a composição, organização e competência do Conselho Municipal de Saúde de Caçapava;

Considerando a possibilidade de prorrogação do mandato dos conselheiros do Conselho Municipal de Saúde - COMUS, conforme previsto no inciso II, do Art. 13, do Regimento Interno do Conselho Municipal de Saúde de Caçapava,

DECRETA

Art. 1º Fica prorrogado, até o dia 30/04/2023, o mandato dos conselheiros nomeados através dos Decretos nº 4621, de 25 de fevereiro de 2021, para o Conselho Municipal de Saúde - COMUS, gestão 2021 a 2023.

Art. 2º Fica nomeada a Sra. Karolina Fátima Reis da Trindade como membro representante da Administração Pública no Conselho Municipal de Saúde - Decreto nº 4621, de 25 de fevereiro de 2021, em substituição a Sra. Ana Cláudia Costa Carvalho.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇAPAVA, 23 de fevereiro de 2023.

Pétala Gonçalves Lacerda
Prefeita Municipal

DECRETO Nº 4897, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2023

Declara Situação de Emergência nas áreas do município afetadas por tempestade - COBRADE 1.3.2.1.4, conforme a Portaria nº 260/2022 do MDR.

Pétala Gonçalves Lacerda, Prefeita Municipal de Caçapava, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no inciso VII do Art. 7º e inciso VI do artigo 8º da Lei Federal nº 12.608, de 10 de abril de 2012,

CONSIDERANDO a ocorrência de chuva atípica nos dias 18 e 19/02/2023, iniciada por volta das 16h em pontos distintos da cidade e, posteriormente dissipando e abrangendo toda a cidade, conforme Parecer Técnico em anexo;

CONSIDERANDO que em decorrência do referido evento ocorreram deslizamentos, quedas de muros e pontes, inundação e alagamento, conforme Parecer Técnico em anexo;

CONSIDERANDO que de acordo com os Arts. 6º, 8º e 12 da Lei Municipal nº 5139, de 14 de maio de 2012, que dispõe sobre a definição das atividades da Coordenadoria Municipal de Civil - COMDEC – a direção da Defesa Civil cabe ao Chefe do Executivo e será exercida pelo Coordenador da Defesa Civil, que deverá propor à autoridade competente a decretação ou homologação de situação de emergência e de estado de calamidade pública, devendo as Secretarias Municipais e as entidades da Administração Indireta empenhar esforços para cooperar com os locais atingidos por eventos desastrosos;

CONSIDERANDO que a fundamentação deste ato, com o detalhamento do desastre, consta em Parecer Técnico do Sr. Fernando Lourenço da Cunha - Coordenador da Defesa Civil do Município, favorável à declaração da situação de anormalidade, conforme disposto no inciso IV do Art. 9º da Portaria MDR nº 260 de 2 de fevereiro de 2022,

DECRETA

Art. 1º. Fica declarada a Situação de Emergência nas áreas do município registradas no Formulário de Informações do Desastre - FIDE e demais documentos, em virtude do desastre classificado e codificado como Tempestade - COBRADE 1.3.2.1.4, conforme o Art. 3º da Portaria MDR nº 260/2022.

Art. 2º. Autoriza-se a mobilização de todos os órgãos municipais para atuarem sob a coordenação do Sr. Fernando Lourenço da Cunha – Coordenador da Defesa Civil do Município, nas ações de resposta ao desastre e reconstrução das áreas afetadas.

Art. 3º. Autoriza-se a convocação de voluntários e a realização de campanhas de arrecadação de recursos para reforçar as ações de resposta ao desastre, com o objetivo de assistir a população afetada pelo desastre, sob a coordenação do Sr. Fernando Lourenço da Cunha – Coordenador da Defesa Civil do Município.

Art. 4º. De acordo com o estabelecido nos incisos XI e XXV do artigo 5º da Constituição Federal, autoriza-se as autoridades administrativas e os agentes de proteção e defesa civil, diretamente responsáveis pelas ações de resposta aos desastres, em caso de risco iminente, a:

I - adentrar em residências para prestar socorro ou para determinar a pronta evacuação;

II - usar de propriedade particular, no caso de iminente perigo público, assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano.

Parágrafo único. Será responsabilizado o agente de proteção e defesa civil ou autoridade administrativa que se omitir de suas obrigações, relacionadas com a segurança global da população.

Art. 5º. De acordo com o estabelecido no Art. 5º do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, autoriza-se o início de processos de desapropriação, por utilidade pública, de propriedades particulares comprovadamente localizadas em áreas de risco de desastre.

§ 1º. No processo de desapropriação, deverão ser consideradas a depreciação e a desvalorização que ocorrem em propriedades localizadas em áreas inseguras.

§ 2º. Sempre que possível essas propriedades serão trocadas por outras situadas em áreas seguras, e o processo de desmontagem e de reconstrução das edificações, em locais seguros, será apoiado pela comunidade.

Art. 6º. Com fulcro no Inciso VIII do Art. 75 da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), sem prejuízo das disposições da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/2000), é dispensável a licitação nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a continuidade dos serviços públicos

ou a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para aquisição dos bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 1 (um) ano, contado da data de ocorrência da emergência ou da calamidade, vedadas a prorrogação dos respectivos contratos e a recontratação de empresa já contratada com base no disposto no citado inciso.

Art. 7º. Este Decreto tem validade por 180 (cento e oitenta) dias e entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇAPAVA, 23 de fevereiro de 2023.

Pétala Gonçalves Lacerda
Prefeita Municipal

**CÂMARA MUNICIPAL DE CAÇAPAVA
CIDADE SIMPATIA - ESTADO DE SÃO PAULO****EDITAL DE LICITAÇÃO**

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CAÇAPAVA, Estado de São Paulo, torna público que será realizada licitação na modalidade Pregão Eletrônico, do tipo Menor Preço, nos termos da Lei 10.520/2002, para aquisição do objeto que segue:

PROCESSO DE COMPRAS Nº 139/2022

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 10/2022

Data: 07 de março de 2023, às 09:00 horas.

OBJETO: Aquisição de materiais de informática e eletrônicos.

O Edital completo encontra-se disponível nos sites: www.bbmnetlicitacoes.com.br e www.camaracacapava.sp.gov.br. Outras informações poderão ser solicitadas na sede da Câmara Municipal de Caçapava, situada na Pça. da Bandeira, nº 151, Centro – Caçapava-SP, das 09h às 17h.